



PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU NA MODALIDADE
DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE MATERNO
INFANTIL PARA O PERÍODO LETIVO DE 2018/2019

ANEXO III - REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS GERAIS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 27 ed.- São Paulo: Saraiva, 2001. Título VIII, da ordem social, art. 194 a 200. Disponível em: www.planalto.gov.br/.../Constituicao/constituicao_compilado.htm

BRASIL, Ministério da Saúde DECRETO Nº 7508, de 28/06/2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm

BRASIL, Ministério da Saúde PORTARIA Nº 4.279, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010 Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de SBRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Portaria_1996-de_20_de_agosto-de-2007.pdf saúde (SUS). Disponível em: <http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/decretos.html>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher:

plano de ação 2004-2007 – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher2.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Pré-natal e puerpério: atenção qualificada e humanizada. Brasília, DF, 2006.

Disponível em http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/05_0151_m.pdf

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres. Brasília, 2008. Disponível em <http://generoracaetnia.org.br/publicacoes/IIPNPM.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Parto, Aborto e Puerpério. Assistência Humanizada à Mulher. Ministério da Saúde/FEBRASGO/ABENFO. Brasília, DF, 2001. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_13.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar / Ministério da Saúde, – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

Disponível em http://www.telessaudebrasil.org.br/lildbi/docsonline/8/1/118/CAB_23_Saude_da_Crianca_em_01_06_09.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Rede Cegonha. Portarias nº 1.459 de 24/06/2011 e nº 650 de 05/10/2011. www.saude.gov.br/redecegonha

Fundo das Nações Unidas para a Infância. Iniciativa Hospital Amigo da Criança: revista, atualizada e ampliada para o cuidado integrado: módulo 1: histórico e implementação– Brasília : Ministério da Saúde, 2008. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/iniciativa_hospital_amigo_crianca_modulo4.pdf

REFERÊNCIAS ESPECÍFICAS ENFERMAGEM

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde. vol. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em <http://abenfo.redesindical.com.br/arqs/manuais/008.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Gestação de alto risco: manual técnico. 5. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em <http://abenfo.redesindical.com.br/arqs/manuais/018.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Coordenação Geral de Informação e Análise Epidemiológica Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do comitê de prevenção do óbito infantil e fetal. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Manual_Infantil_Fetal.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. Protocolo para a prevenção de transmissão vertical de HIV e sífilis. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em http://hivaidsclearinghouse.unesco.org/search/resources/bie_ministerio_da_saude_protocolo_prevencao_de_transmissao_vertical_de_hiv_sifilis_po.pdf

BRASIL, Ministério da Saúde. Assistência em Planejamento Familiar. 4ª ed. 2002. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0102assistencia1.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Além da sobrevivência: práticas integradas de atenção ao parto, benéficas para a nutrição e a saúde de mães e crianças / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em <http://abenfo.redesindical.com.br/arqs/manuais/002.pdf>

COFEN. Resolução 358/2009. www.portalcofen.org.br. acessado em 10 de maio de 2013.

OLIVEIRA, M. E.; MONTECELLI, M.; SANTOS, O.M.B. org. Enfermagem obstétrica e Neonatológica: textos fundamentais. Florianópolis: UFSC, CCS, 1999.

REZENDE, J. de. Obstetrícia. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

WONG, D.L. Enfermagem pediátrica: elementos essenciais à intervenção efetiva. Trad. Claudia Lúcia Caetano de Araújo et al. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso: método canguru. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: . Acesso em: 02 jun. 2015.

OLIVEIRA, Maria Emília de; MONTICELLI, Marisa; SANTOS, Odaléa Maria Bruggemann dos (Org.). Enfermagem obstétrica e neonatológica: textos fundamentais. Florianópolis: UFSC, 1999.

WONG, Donna L. Enfermagem pediátrica Whaley & Wong: elementos essenciais à intervenção efetiva. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

FREITAS, Fernando et al. Rotinas em obstetrícia. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MARCONDES, E. et al. Pediatria básica. 9 ed. Reimp. São Paulo: Sarvier, 2005-2007. 3 v.

SIGAUD, C.H. DE S. VERISSIMO, M. de L. OR. Enfermagem pediátrica: o cuidado de enfermagem à criança e ao adolescente. São Paulo: EPU, 1996.

ZUGAIB, Marcelo. Obstetrícia. Barueri SP: Manole, 2008.

REFERÊNCIAS ESPECÍFICAS PSICOLOGIA

BARROS. R. B. & PASSOS, E. A Construção do Plano da Clínica e o Conceito de Transdisciplinaridade. Psicologia: Teoria e Pesquisa Jan-Abr 2000, Vol. 16 n. 1, pp. 071-079. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n1/4390.pdf>

SPINK, M. J. Psicologia da Saúde. In: _____. Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. P. 29-39.

ROMANO, B.W. Princípios para a prática de psicologia clínica em hospitais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

CORDIOLI, A. V. Psicoterapias: abordagens atuais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ANGERAMI-CAMON, V.A. Novos rumos na psicologia da saúde. São Paulo: Pioneira, 2002.

BOTEGA, N.J. Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e Emergência. São Paulo, 2002

MELLO Filho, J. (Ed.). Psicossomática hoje. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.

REFERÊNCIAS ESPECÍFICAS NUTRIÇÃO

ACCIOLY, E.; SAUNDERS, C.; LACERDA, E.M.D.A. Nutrição em obstetrícia e pediatria. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 1. Brasília: CONASS, 2011. 320 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 5,I). Disponível em http://www.portalconass.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=21 . Acesso em: 05 jan. 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Dez passos para uma alimentação saudável: Guia alimentar para crianças menores de dois anos. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gestação de alto risco. Manual técnico. Brasília: Secretaria de Políticas da Saúde, 2010.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Manual de orientação para a alimentação do lactente, do pré-escolar, do escolar, do adolescente e na escola. Departamento Científico de Nutrologia. 2. ed. São Paulo: SBP, 2008.

REFERÊNCIAS ESPECÍFICAS FARMÁCIA

BRASIL. Departamento de Atenção Básica, Secretaria de Políticas de Saúde, Ministério da Saúde. Assistência farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para sua organização. Brasília: Ministério da Saúde; 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 3916, de 30 de outubro de 1998. Política Nacional de Medicamentos. Brasília.1998.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Planejar é preciso: uma proposta de método para aplicação à Assistência Farmacêutica. 1 Ed. Brasília, 2006. 74p.

BISSON, M.P. Farmácia clínica & atenção farmacêutica. São Paulo: Medfarma; 2003. p.356.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da diretoria colegiada -RDC n. 44, de 17 de agosto de 2009. Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 Ago. 2009. Seção 1, p. 78.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Formulário terapêutico nacional 2010: Rename, 2010. 2. ed. Brasília, 2010. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

CFF, Resolução nº 417, de 29 de setembro de 2004, Regulamenta o Código de Ética da Profissão Farmacêutica

DIAS, M. F .Introdução à Farmacovigilância. In: STORPIRTS, S.; MORI, A. L. P. M.; YOCHIY, A.; Ribeiro, E.; Porta, V. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. 2008.p.489.

LAPORTE, Joan Ramon. Epidemiologia do medicamento: princípios gerais.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE. USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS: temas selecionados. Brasília: Ministério da Saúde; v. 3, n. 2, 2006.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMÁCIA HOSPITALAR E SERVIÇOS DE SAÚDE - SBRFH. Padrões mínimos para farmácia hospitalar e serviços de saúde. Goiânia: Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar, 2007.